



ATA DA REUNIÃO Nº 010 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – ESTADO DO PARANÁ – SALA CAU/PR, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2012, NA DE EVENTOS DO HARBOR HOTEL BATEL, EM CURITIBA-PR.

1
2
3
4
5
6
7 Aos vinte e sete dias de agosto do ano de dois mil e doze, às dez horas, na Sala de Eventos
8 do Harbor Hotel Batel, localizado na Av. Do Batel, 1162, Bairro Batel, nesta cidade de
9 Curitiba, PR., realizou-se a Sessão Ordinária nº 010/2012, do Plenário do CAU/PR, presidida
10 pelo Arquiteto e Urbanista Jeferson Dantas Navolar – Presidente do Conselho, tendo como
11 Secretária eu, Gláucia Sales Jacob. A Sessão contou com a participação dos seguintes
12 Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas **ANDRÉ LUIZ SELL, CARLOS HARDT,**
13 **DALTON VIDOTTI, LUIZ BECHER, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, ELI LOYOLA BORGES FILHO,**
14 **ALEXANDER FABRI HULSMAYER, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, ORLANDO BUSARELLO,**
15 **CLÁUDIO FORTE MAIOLINO, JOÃO VIRMOND SUPLYCY NETO e BRUNO SOARES MARTINS.--.**
16 Ficou justificada, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do
17 CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Titulares Arquiteto e Urbanista **RICARDO LUIZ LEITES**
18 **DE OLIVEIRA e MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI.--.....**
19 Participaram da presente Sessão os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas **JOÃO**
20 **CARLOS DIÓRIO, JUCENEI GUSSO MONTEIRO e CARLOS DOMINGOS NIGRO,** bem como o
21 Conselheiro Federal Arquiteto e Urbanista **LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO**
22 Presentes, ainda, nesta Sessão os Assistentes contratados, a saber: o Jornalista Antônio
23 Carlos Domingues da Silva (Assessor de Comunicação); a Advogada e Arquiteta e Urbanista
24 Cláudia Cristina Taborda de Souza Lobo (Assessora Jurídica), o Engenheiro Civil Hélio Botto
25 de Barros (Assessor de Planejamento) e eu, Gláucia Sales Jacob, (Secretária Geral).-----
26 **I-QUÓRUM** – Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o
27 Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão,
28 com os itens a seguir:-----
29 **II ATA DA SESSÃO ANTERIOR** Colocada em discussão e posterior votação, foi aprovada por
30 unanimidade a Ata correspondente à Sessão Ordinária nº 009/2012, de 02/07/2012.-----
31 **III PAUTA:** Apresentada e colocada em votação foi aprovada por unanimidade a Pauta da
32 Reunião Ordinária nº 010/2012, décima reunião ordinária de 2012 do CAU-PR, bem como a
33 extra pauta. Pelo Conselheiro Titular, João Virmond Suplicy foi sugerido, também como extra
34 pauta, o relato e apoio ao Congresso Pan-americano de Arquitetura e o Conselheiro Titular,
35 ORLANDO BUSARELLO sugeriu como extra pauta o relato de sua estada em Brasília na
36 reunião da CEAU, o que foi aprovado.-----
37 **IV.Ordem do Dia:**-----
38 **1 Apresentação das correspondências:**-----
39 1.1.1 **Correspondências recebidas:** apresentada a lista de correspondências recebidas,
40 sendo 09(nove) oriundas do CAU/BR e 15(quinze) de diversos remetentes. Pelo Conselheiro
41 Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO foi solicitada a vista a duas das correspondências
42 recebidas, no que foi atendido.-----
43 1.1.2 **Correspondências expedidas:** apresentadas as listas de correspondências expedidas,
44 sendo que dessas, 01(uma) foi destinada ao CAU/BR e 24 (vinte e quatro) a destinatários
45 diversos.-----
46 **2. ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL.**-----
47 **2.1 Relato Comissão Sede:** -----



48 O Presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que na
49 última reunião foi apresentado um plano financeiro que tem sido feito mês a mês e
50 considerando que a arrecadação está apontando para um patamar de quase equilíbrio, foi
51 elaborado um plano em que será feita a complementação da estrutura do CAU/PR, entre
52 elas, a instalação de representações/fiscalização também no interior do Estado. Lembrou
53 que o objetivo não é fazer um módulo de fiscalização, mas serão instalados módulos de
54 representação, onde teríamos um espaço alugado ou cedido, um arquiteto nos
55 representando, um ou dois estagiários para uma aproximação maior com os arquitetos e
56 agilizar as futuras demandas. Esclareceu que das avaliações feitas, em função da quantidade
57 da presença de arquitetos por município e de RRTs emitidas, teríamos além da
58 representação em Curitiba, outra em Maringá e a terceira seria em Cascavel, que serão as
59 primeiras iniciativas que o conselho está tomando nesse sentido. Pedindo a palavra, o
60 Conselheiro Titular, ANDRÉ SELL, questionou quanto à sede em Londrina esclarecendo que
61 terá que justificar-se em sua cidade, já que havia adiantado aos seus colegas que ali também
62 haveria uma sede do CAU e isso o coloca em situação complicada, uma vez que a matéria já
63 foi até publicada em jornal corporativo na sua cidade. Questionou, ainda, como essa decisão
64 foi tomada, uma vez que não passou pelo plenário, já que na última reunião havia ficado
65 decidido que Londrina teria representação e essa decisão necessita de uma justificativa
66 porque isso está sendo aguardado lá e isso seria muito ruim para a imagem do CAU/PR.
67 Tomando a palavra, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, colocou que tentou falar
68 com o conselheiro por três vezes e não conseguiu e pontuou que isso pode ser mudado, mas
69 que agora temos a realidade mensal do exercício profissional dos arquitetos (antes não
70 existia essa análise) – a maior presença de profissionais e de RRTs proporcionalmente à
71 população, está em Cascavel e Maringá. Porém, continuou o presidente, é perfeitamente
72 possível que tenhamos em vez de duas, três salas no interior, já neste momento, e é a
73 plenária quem decide; tendo a plenária aprovado a instalação de três representações no
74 interior: em Maringá, Cascavel e Londrina. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
75 pontuou que hoje é o primeiro momento em que esse assunto está em pauta formalmente.
76 Retomando o assunto, fez breve relato com relação à sede para Curitiba, lembrando que
77 foi protocolado documento junto aos órgãos governamentais solicitando parceria num
78 imóvel tombado e isso está em andamento; além disso, perdemos dois imóveis que eram
79 satisfatórios e chegamos a um limite da nossa ação pessoal. Foi então contratado um
80 Corretor de Imóveis para encontrar a sede, já que existem opções não anunciadas em jornal,
81 às vezes as melhores ofertas. Relatou, ainda, que dentre os 8 (oito) imóveis já apresentados
82 pelo corretor está o imóvel que é conhecido como a Casa Mario de Mari, que atende a todas
83 as necessidades do CAU e é esse imóvel que apresenta como opção preferencial, a partir da
84 decisão da Comissão de Sede, que esteve junto na visita à casa, representada pelos
85 Conselheiros Maiolino, Suplicy, Glauco e Diório. Pediu que esses manifestassem sua
86 impressão do imóvel em questão. Pelo Conselheiro Titular CLÁUDIO FORTE MAIOLINO foi
87 dito que a casa é um marco da arquitetura em Curitiba, tem espaço, está super bem
88 localizada, não há dificuldade para estacionar, há restaurante no entorno para refeições, já
89 tem um pequeno auditório, que comportaria as reuniões plenárias. Colocou ainda que o
90 valor do aluguel de vinte e dois mil reais é suportável, levando-se em conta o ponto onde a
91 casa se encontra e se posicionou favoravelmente à locação desse imóvel. Com a palavra o
92 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicitou aos demais conselheiros que estiveram no
93 imóvel que se manifestassem a respeito. O Conselheiro Titular GLAUCO PEREIRA JUNIOR
94 ratificou a fala do conselheiro Claudio Forte Maiolino, ressaltando a existência do espaço



95 para realização das reuniões plenárias e se colocou a favor da locação. O Conselheiro Titular,
96 JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO, destacou que a casa é um marco histórico das edificações
97 modernas em Curitiba, suas instalações estão praticamente em dia, há que se fazer alguma
98 intervenção, mas lembra que já foi aprovada uma carência no pagamento dos alugueres -
99 três meses - o que viabilizaria financeiramente a realização dos reparos; também se
100 mostrando favorável à locação da casa em questão, com a ressalva de que o CAU/PR deve se
101 agilizar no sentido de adquirir sede própria, a fim de se livrar das despesas com aluguel. Pelo
102 Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO foi dito que havia pouco a acrescentar, que
103 esteve em companhia do presidente Jeferson Dantas Navolar em vários imóveis e de todos
104 os visitados esse é o imóvel que tem o caráter da arquitetura, esse imóvel é um marco e fala
105 por si só. O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO acrescentou ainda, que um fator
106 importante é que a casa pode ser ocupada de imediato, uma vez que não necessita de
107 grandes reformas. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR complementou colocando
108 que essa casa se encaixa em todas as características que foram colocadas ao Corretor,
109 inclusive com relação ao preço, uma vez que esse é menor do que trinta reais por metro
110 quadrado, a média dos valores pesquisados para imóveis comerciais deste porte. O
111 Conselheiro Titular GLAUCO PEREIRA JUNIOR acrescentou que o proprietário do imóvel é um
112 aliado por ser um profissional respeitado e da área da construção. O Presidente JEFERSON
113 DANTAS NAVOLAR esclareceu que o proprietário do imóvel, o engenheiro Mário de Mari, é
114 engenheiro arquiteto e esteve na casa por ocasião da visita da Comissão de Sede àquele,
115 mostrando-se bastante receptivo. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
116 HULSMAYER questionou se o valor do aluguel está dentro do orçamento, uma vez que é um
117 investimento alto para aluguel, e questionou também se esse investimento não vai
118 atrapalhar uma possível aquisição de imóvel próprio para o Conselho; acrescentando que se
119 estiver dentro não vê obstáculos para a locação. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
120 informou que sim, que esse valor já está agregado ao planejamento orçamentário do
121 CAU/PR. Tendo pedido a palavra o Conselheiro Suplente, CARLOS NIGRO lembrou a questão
122 da segurança da casa e sugeriu a necessidade de contratação de empresa de segurança
123 patrimonial. Para encerrar o presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicitou que os
124 conselheiros levassem em consideração o caráter histórico do imóvel, “caráter de sede de
125 CAU/PR” e em seguida colocou que há algumas dificuldades com relação à locação e uma
126 delas diz respeito à fiança. Relatou que foi solicitada uma Carta de Fiança ao Banco do Brasil
127 e que a casa está reservada para o Conselho com prazo curto. O Conselheiro Suplente
128 CARLOS NIGRO questionou se vale a pena investir em compra de imóvel para sede, se só o
129 aluguel não seria mais viável. Pelo presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dito que o
130 processo para compra de imóvel é ainda mais complexo, o preço dos imóveis está a sete mil
131 o metro quadrado, questionou que tipo de imóvel queremos, devemos insistir em imóveis
132 com valor histórico? Relatou que o corretor também está buscando imóveis para venda e
133 citou como exemplo um terreno situado na Rua Barão de Antonina, cujo preço é de um
134 milhão e meio de reais, sendo que a casa está em péssimo estado. Pedindo a palavra o
135 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO esclareceu que este proprietário está em
136 processo de separação e tem interesse em vender rápido e questionou se não é de se pensar
137 em efetivar uma oferta, uma vez que nesse se poderia se pensar em investimento através de
138 Concurso Público de Projeto. O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que o que
139 está à venda é a fachada e o terreno, porque a casa está em péssimo estado, com
140 intervenções que devem ser demolidas, em sua opinião isso deveria ser deixado de lado por
141 ora, se o aluguel da casa Mario de Mari se efetivar, com três anos de aluguel, se o



142 proprietário decide vender a opção de compra é do Conselho. Com a palavra o Conselheiro
143 Titular ORLANDO BUSARELLO colocou que concursos sempre são processos caros e morosos
144 e não acha boa ideia investir nesse imóvel; é a favor de investir no aluguel e mais tarde
145 tentar adquirir esse imóvel alugado; p/ ele o investimento é muito grande e não compensa
146 comprar, ademais a casa Mario de Mari é muito emblemática e pode ser que o Conselho
147 consiga adquiri-la mais tarde e o local onde ela está situada possibilita a construção de uma
148 sede futura. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR passa a palavra a pedido ao
149 Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, pedindo celeridade, tendo em vista que a pauta é
150 extensa. Pelo Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO foi dito que a colocação do
151 Conselheiro Orlando Busarello é interessante, mas acha que a região é muito cara e será
152 difícil investir ali, porque o potencial construtivo dela é alto; e que a ideia hoje é de não se
153 criar uma estrutura maior do que se pode manter, como aconteceu com o CREA; colocou-se
154 favorável à aquisição do imóvel sugerido pelo conselheiro João Suplicy, devido ao valor mais
155 acessível. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELO lembrou que o máximo que o imóvel
156 custaria seriam quatro milhões de reais, já que o preço do imóvel atualmente se faz a partir
157 do potencial construtivo, a casa já está pronta. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
158 HULSMeyer colocou-se dizendo que essa casa dá autoestima para os arquitetos. Colocado
159 em votação a plenária aprovou o aluguel da casa Mario de Mari-----.

160 **2.2 -Representações Regionais/Fiscalização CAU/PR-----**

161 Pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dado encaminhamento à reunião
162 lembrando que a conselheira MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI não está presente e dessa
163 forma, o relato de Cascavel será feito em outra oportunidade, tendo solicitado ao
164 conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA FILHO que fizesse o relato de Maringá. Com a palavra o
165 Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO foi dito que tinha entendido que a
166 instalação de representação em Maringá seria para o início do ano que vem; colocou que o
167 aluguel lá está muito caro e necessita mais tempo para fazer a implantação; pediu
168 esclarecimento acerca de que tipo de sala precisa e pediu prazo até a semana que vem para
169 apresentar opções de imóveis. Pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que
170 vamos abrir representações em pequenas salas comerciais com boa visibilidade e fácil
171 acesso, com o objetivo de colocar o CAU mais perto dos profissionais. Em seguida passou a
172 palavra ao conselheiro ANDRÉ SELL, que propôs alugar uma sala na entidade de arquitetos e
173 engenheiros, cujo preço seria melhor que o preço praticado no mercado, há uma sala
174 disponível, com acesso independente, cuja presença garantiria o uso do auditório existente
175 no local, que é do condomínio mas que pode ser utilizada se for necessário, através de
176 locação; isso já estava sendo visto há mais de um mês, gerando grande expectativa nos
177 profissionais e por isso insistiu no aluguel agora. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
178 HULSMeyer sugeriu padronização das salas no interior, que sejam salas comerciais, não há
179 necessidade de ser uma sede como se pretende que seja a de Curitiba, evitando muito
180 gasto. O Conselheiro Titular ANDRÉ SELL esclareceu que a sala que sugere é de bom
181 tamanho e o custo é menor, ainda não tem o valor, mas sabe que com certeza será menor
182 que o preço praticado no mercado, tem estacionamento que pertence ao CAU e pode ser
183 utilizado pelos funcionários durante o expediente. O Presidente JEFERSON DANTAS
184 NAVOLAR lembra que estas representações deverão ser administradas por um arquiteto
185 contratado pelo CAU/PR e um ou dois estagiários e, como ainda não há condições de fazer
186 concurso público, a ideia é que se publique um Edital, com as características e as
187 necessidades do CAU/PR e montar uma comissão para seleção dos colegas que demonstrem
188 interesse. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO pediu esclarecimentos quanto



189 aos custos com deslocamento para a fiscalização. Pelo Presidente JEFERSON DANTAS
190 NAVOLAR foi esclarecido que o plano de ação do CAU/PR prevê compra de carro, e
191 infraestrutura para isso, só que isso demanda tempo; sugeriu então, que primeiramente
192 sejam organizadas as sedes. Acrescentou que está prevista a instalação do quarto e último
193 módulo, na região de Guarapuava, pela pouca presença dos profissionais arquitetos em toda
194 aquela região. A representação do CAU/PR seria um meio de incentivar os colegas, ou seja, o
195 objetivo ali seria diferente das outras representações: estimular a presença do arquiteto. O
196 Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO sugeriu que se leve representação para a
197 região noroeste também, mas o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que
198 Maringá pode atender essa região. Pelo Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO foi
199 dito que a ideia do conselheiro ANDRÉ SELL, de fazer parceria com clubes de arquitetos e
200 engenheiros como é o caso de Londrina, é muito boa mas alertou que não se pode pensar
201 em fazer convênio com o CREA/PR. Pelo Conselheiro Suplente CARLOS NIGRO foi proposto
202 um “assunto paralelo” - que se faça uma campanha de incentivo junto às prefeituras para
203 contratação de arquitetos. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que isso vem
204 sendo discutido, precisamos ir avançando na instalação. O Conselheiro Titular ANDRÉ SELL
205 pontuou que nós sabemos do CAU/PR, mas a sociedade ainda não sabe e ele tem feito sua
206 parte, falando do Conselho onde vai e lá em Londrina o CAU já está presente nas ações junto
207 à prefeitura.....

208 **2.3 Apresentação da Revisão do Plano de Ação e Reformulação Orçamentária do CAU/PR.-.**

209 Dando continuidade aos trabalhos pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi
210 apresentada a revisão do plano de ação e reformulação orçamentária do CAU/PR, cuja cópia
211 será anexada à presente ata (anexo II), tendo esclarecido que tomou-se como base a
212 arrecadação dos 20 maiores e dos 20 menores municípios arrecadadores, tendo solicitado
213 ao assessor de planejamento Hélio Botto de Barros que fizesse os esclarecimentos
214 necessários. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer colocou sua preocupação
215 com relação à arrecadação, uma vez que estamos num momento atípico da construção civil
216 no país, tendo sido tranquilizado pelo assessor de planejamento HELIO BOTTO DE BARROS,
217 que colocou que a arrecadação tem-se mantido na média histórica anterior ao CAU. O
218 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, colocou que a metodologia utilizada é a mesma do
219 início do CAU, qual seja: financeiramente gastaremos a metade da nossa arrecadação,
220 prevendo futuras variações negativas. O Conselheiro Titular ANDRÉ SELL pediu
221 esclarecimentos acerca do dinheiro que ainda se encontra junto aos CREAs, sendo que pelo
222 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dito que cabe ao CAU/BR fazer tal cobrança. O
223 Conselheiro Suplente CARLOS NIGRO destacou a importância do plano de ação e da
224 identificação do padrão de comportamento financeiro para estabelecermos uma margem de
225 segurança. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que a margem utilizada
226 atualmente é de cinquenta por cento. Em seguida pediu a aprovação da revisão do plano de
227 ação e reformulação orçamentária, como meta a ser alcançada ainda durante este ano de
228 2012. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER, perguntou sobre a situação do
229 caixa atual do CAU/PR atualmente, tendo sido atendido pelo presidente o qual informou que
230 o saldo total é de aproximadamente quatro milhões e quinhentos mil reais e salientou que
231 esse valor dá tranquilidade de ação ao Conselho e repetiu mais uma vez que nosso
232 planejamento é avaliado diariamente e é apresentado à plenária mensalmente. Colocada em
233 votação a matéria foi aprovada.....

234 **2.4 Reunião Ampliada (03 de agosto) Fundo Financeiro CAU Mínimo.....**

235 O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR fez um breve relato da Reunião Ampliada do



236 CAU/BR realizada em 03 de agosto, cujo objetivo principal era consolidar o CAU Mínimo e
237 debater a contribuição dos estados superavitários em relação a esse CAU MÍNIMO, sendo
238 que a reunião foi deliberativa, mas não conclusiva. Naquela reunião foi informado que
239 existem dois números preocupantes: em 13 estados os CAU/UF são deficitários,
240 praticamente norte e nordeste inteiro e é a partir desse número que está se trabalhando o
241 que é o CAU MÍNIMO, para saber qual a contribuição de cada estado em relação a isso,
242 recordando que em 2011 cada estado contribuiu com 5%; em 2012 não temos nenhum
243 contribuição a fazer, a atual discussão é de qual deve ser a contribuição dos demais estados
244 para janeiro de 2013; esclareceu que a maioria do plenário é formada por CAUs deficitários;
245 a reunião não foi conclusiva, mas foi autorizada a continuação dos repasses do fundo de
246 2011 para os CAUs deficitários, sendo que foi apresentado o plano de ação do CAU/PR
247 naquela reunião. Pelo Conselheiro CARLOS HARDT foi dito que é sabido que alguns CAUs
248 têm dificuldade porque a arrecadação é pequena, mas pode ser que haja aquele que está
249 em déficit por ineficiência de gestão e isso deve ser questionado. O presidente JEFERSON
250 DANTAS NAVOLAR pontuou que é importante saber quanto ganhamos para saber quanto
251 podemos contribuir e os pequenos devem saber quanto arrecadam para saber quando
252 precisam receber, salientou que fazia apenas um relato, um informe e que o CAU/PR está
253 bem representado, nosso conselheiro federal é atuante e nos representa muito bem,
254 estando sempre presente em nossas reuniões.....

255 **2.5 Relato das Comissões.....**
256 Pelo Presidente foi sugerido que os relatos de comissões tivessem início com o relato da
257 Comissão de Ética e que a Comissão de Finanças se abstinhasse de fazê-lo, já que a questão
258 financeira já foi amplamente debatida no item anterior, o que foi aprovado, tendo sido
259 aprovados igualmente os gastos mensais referentes ao mês de julho.....

260 **2.5.1 Relato da Comissão de Ética.....**
261 Em seguida com a palavra Conselheiro Titular ELI LOYOLA BORGES FILHO, relatou a Reunião
262 Nacional da Comissão de Ética realizada nesta Capital nos dias 22 e 23 deste mês corrente,
263 com a participação de vários estados, cujo objetivo foi avançar no texto da Resolução de
264 Ética, salientando que o assunto mais controverso foi a questão da reserva técnica, sendo
265 que a maioria acha que essa prática não deve ser permitida. O Conselheiro Suplente JUCENEI
266 GUSSO MONTEIRO, também presente na reunião da comissão nacional, iniciou sua fala
267 parabenizando a iniciativa do CAU/PR de trazer a reunião da comissão de ética para Curitiba
268 e colocou que a ideia da comissão nacional de ética é ouvir todos os profissionais; sendo que
269 na reunião ocorrida aqui, a avaliação da resolução foi feita item por item, ou seja, o processo
270 é de construção da resolução. Esse mesmo conselheiro colocou que naquela reunião pode
271 observar a diferença do Sul do Brasil com o resto do país e pode perceber que o nosso
272 posicionamento acaba sendo prejudicado, por essa diferença cultural entre os estados e em
273 muitas ocasiões temos que absorver o que foi decidido pelos outros; por essa razão entende
274 que é importante a presença dos membros das comissões (não só de Ética, mas todas) em
275 cada uma dessas reuniões, uma vez que as questões tratadas são muito sérias; colocou-se à
276 disposição para essas participações futuras, acha muito importante a nossa presença nesses
277 encontros; vê como um privilégio poder participar desse processo de construção, como uma
278 oportunidade de trabalhar o futuro da arquitetura no Brasil; lembrou que o arquiteto,
279 conselheiro federal MIGUEL PEREIRA, foi enfático em seu discurso, ao falar da angústia com
280 relação à falta de estima do profissional e da importância de se pensar como conselho, ou
281 seja, o conselho falando em nome da profissão. Entende que esse é um debate que não
282 pode ser deixado de lado. Em seguida, voltando ao assunto anterior, questionou como



283 definir o que é um CAU deficitário e quando ele deixa de ter essa condição e alertou sobre a
284 importância de cuidar no sentido de evitar que o CAU seja contaminado por vícios políticos;
285 a seu ver o presidente deve decidir pelas questões de base e não por vícios políticos e a
286 melhor ferramenta para um presidente é ele ter uma boa fundamentação. Pelo Conselheiro
287 Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO foi dito que para complementar a fala do conselheiro
288 JUCENEI GUSSO MONTEIRO gostaria de falar que desde que estava no CREA sente-se
289 incomodado com a falta de suporte jurídico, a seu ver não dá para esquecer esse suporte
290 jurídico; não adianta o discurso bom, mas sem suporte jurídico será impossível. O
291 Conselheiro Titular JUCENEI GUSSO MONTEIRO lembrou que na reunião houve uma palestra
292 feita por um advogado representando a OAB, a convite da assessoria jurídica do CAU/PR, o
293 qual disse que o código que está sendo construído deve refletir apenas o contido na lei
294 12.378/2010; falou ainda que o código que está sendo construído pela comissão de ética
295 não é código de julgamento, é código de conduta, ou seja, deve dizer se houve o erro, mas
296 não cabe à comissão de ética julgar e terminou sua fala salientando que o desejo da
297 comissão é construir uma ética eficiente, assim é importante que haja preocupação com a
298 formação dos profissionais. O Conselheiro Titular ANDRÉ SELL pontuou a importância da fala
299 do conselheiro JUCENEI GUSSO MONTEIRO, uma vez que tem observado que os arquitetos
300 novos já saem com a ideia de que a RT é um direito. Pelo Conselheiro Titular MANOEL DE
301 OLIVEIRA FILHO foi sugerido que os novos arquitetos ao se formarem recebam uma palestra,
302 que trate desse assunto, ao que o Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO se
303 contrapôs alegando que é importante separar o que é Comissão de Ética, do que é o CAU. O
304 que é o mercado e entende que o Conselho não pode assumir ações de acordo com a
305 tendência do mercado, até porque “tendência” é coisa que muda; para ele não cabe ao CAU
306 se prender ao que é certo ou errado do mercado, não deve levantar bandeira até porque
307 nenhuma profissão embasa seus honorários por suas comissões. Pelo Conselheiro Suplente
308 CARLOS DOMINGOS NIGRO foi questionado se o Conselho teria estrutura de representação
309 institucional para esse tipo de palestra; sendo que o Presidente JEFERSON DANTAS
310 NAVOLAR esclareceu que esses textos estão em construção e o prazo estabelecido pelo
311 CU/BR para o lançamento do Código de Ética é maio de 2013 e, pontuou, o CAU/PR trouxe
312 as comissões para Curitiba para que possamos participar efetivamente desse processo, mas
313 ainda não temos o produto para essa ação e não dá pra ir à rua sem texto nenhum. O
314 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELO opinou no sentido de se colocar esse tema na
315 formação do futuro arquiteto, ou seja, na essência, o arquiteto deve se valorizar, precisa
316 saber cobrar aquilo que seu trabalho vale, lembrando que seu trabalho é intelectual, mas
317 isso deve ser esclarecido na base; é sabido que existem profissionais que vivem só de RT,
318 que não cobram aquilo que é de fato o seu trabalho e ficam na mão dos lojistas e, ressaltou
319 que os arquitetos são treinados para fazer projetos e é importante que os alunos sejam
320 treinados para respeitar sua profissão, lembrando que o manual de honorários é uma
321 grande ajuda nesse sentido. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, esclareceu que o
322 manual a que o conselheiro Busarelo se referiu é um Manual de Contratação de Serviços de
323 Arquitetura elaborado IAB, que está em construção há dois anos e o CAU/BR já adotou como
324 referência de contratação. Assim como aconteceu com a Comissão de Ética, Finanças e
325 Ensino as demais Comissões nacionais também já foram convidadas para se reunir aqui com
326 o CAU/PR, é desejo que estas reuniões aconteçam aqui e que aproveitemos esses encontros
327 para levar nossas opiniões.-----

328 **2.5.2 Relato Comissão de Exercício Profissional.**-----

329 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que o presidente da ASBEA-PR estava



330 com reunião agendada com o Corpo de Bombeiros e queria a participação do CAU/PR, a
331 orientação dada foi para encaminhar o assunto ao Coordenador da Comissão de Exercício
332 Profissional do Paraná. O Conselheiro Titular e Coordenador CLAUDIO FORTE MAIOLINO
333 relatou que está indo a Brasília a fim de falar com as comissões porque é sabido que existem
334 profissionais que dão projetos em troca de RT; no seu entendimento é hora de atuar o
335 profissional, não há fiscalização, mas há denúncias e para ele, é urgente que o CAU se
336 posicione; lembra que os editais continuam chamando engenheiros, quando deveriam
337 chamar arquitetos e, se o exercício da arquitetura é reservado ao arquiteto, se existe o
338 exercício ilegal ele deve ser multado. Entende que cabe ao CAU e à Comissão de Exercício
339 Profissional levar às autoridades o que é exercício legal e o que é ilegal, e esclarecer que
340 arquitetura é atribuição de arquiteto. Sua ida a Brasília tem essa finalidade, encontrar-se
341 com a Comissão de Exercício Profissional Nacional a fim de traçar diretrizes de ação, acredita
342 que há ações que são imediatas. Continuando seu relato destacou o pedido de orientação
343 oriundo do IPHAN (anexo II) e a resposta originada. Em seguida citou propaganda na Gazeta
344 do Povo de curso de paisagismo ministrado por engenheiros florestais, referendado pelo
345 CREA/PR e isso deve ser freado e a seu ver, não precisa ser regulamentado, já que consta da
346 Lei. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pede esclarecimentos quanto à viagem a
347 Brasília, sendo que pelo Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO foi dito que não há
348 convite de Brasília para sua ida, tendo sido orientado pelo presidente no sentido de
349 referendar pedido para a viagem a fim de formalizar a representação do CAU/PR, lembrando
350 que informalidade não é bom nesse caso. O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO
351 afirma que existem algumas pendências que ele precisa resolver com a ABEA e até fez uma
352 solicitação para passar em plenária, mas em face de não haver demanda do CAU/BR, decidiu
353 ir por sua própria conta. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que se ele vai a
354 Brasília representando o CAU/PR é importante que se faça essa formalidade, lembra que em
355 resposta à correspondência que o conselheiro encaminhou sobre a viagem a Brasília havia
356 sido solicitado esclarecimento o que havia acontecido até o momento. Em seguida passou a
357 palavra ao Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELO que disse que as atribuições do
358 arquiteto têm muito mais visibilidade pública do exercício ilegal da profissão do que pelos
359 jardineiros e designers que se intitulam de paisagista e isso não é correto, tendo
360 questionado se existe instrumento para chamar atenção desse profissional que exerce
361 ilegalmente a profissão. Para ser empresa de arquitetura deve ter em seu quadro de sócios,
362 um arquiteto, porém uma empresa de engenharia, que possui um funcionário arquiteto tem
363 a mesma chance de concorrência, num projeto de arquitetura, que uma empresa de
364 arquitetura; nos editais não se fala em arquiteto paisagista, a chamada é para paisagistas, ou
365 seja, abre para as participações irregulares quando se fala em paisagista apenas; citou o
366 exemplo da sede do Judiciário no Paraná, que descartou um projeto arquitetônico
367 detalhado, vencedor de concurso nacional, e agora possui um escritório de engenharia no
368 próprio judiciário, que está fazendo um verdadeiro absurdo naquilo e deve ser interpelado
369 para explicar isso. Pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dito que a contribuição é
370 muito bem vinda e será feito um ofício cobrando isso, lembrando que o presidente do
371 Tribunal de Justiça do Paraná nos recebeu anteriormente quando foi protocolado um ofício
372 com as atribuições dos arquitetos, tendo o mesmo determinado expedição de ofício a todos
373 os Cartórios do Paraná constando as atribuições da profissão. O Conselheiro Titular ELI
374 LOYOLA BORGES FILHO disse que até 31 de março de 2012, os arquitetos são regidos pelo
375 código de ética do CREA e ele é bem claro, já se podendo atuar. O Conselheiro Titular
376 ORLANDO BUSARELO lembrou que a Lei do Direito Autoral de 1965 também fala claramente



377 sobre essa questão, sendo que pelo Conselheiro Titular ELI LOYOLA BORGES FILHO foi
378 solicitado que o colega enviasse para a sua comissão. O Presidente JEFERSON DANTAS
379 NAVOLAR reforçou essa fala, pontuando que as ações devem ser realizadas via Comissões e
380 relatou que o CAU/PR está contratando funcionário para atender especificamente às
381 Comissões. Com a palavra o Conselheiro Titular ANDRÉ SELL colocou que ouviu uma
382 entrevista com o presidente do CAU/PR na TV Cultura e que isso dá visibilidade ao CAU e à
383 arquitetura mas a seu ver, o que dá maior visibilidade à arquitetura são as amostras de
384 arquitetura de interior, devido à visibilidade e frequência que recebem. Sugere que vale a
385 pena o assessor de comunicação organizar uma entrevista com o presidente, em que sejam
386 abordadas todas essas questões, lembrando a saída dos arquitetos do CREA, ressaltando
387 suas atribuições e isso ser levado ao ar constantemente, para que a sociedade esteja sempre
388 em contato com o assunto nas mídias locais. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO
389 MONTEIRO sugeriu a confecção de um clip com esses esclarecimentos. O Presidente
390 JEFERSON DANAS NAVOLAR fez um relato da campanha realizada até aqui: logo no início foi
391 feita a contratação de um clip profissional, que tem sido exibido pela TV Educativa desde
392 então; cada assunto relevante à profissão tem sido tratado pelo Assessor de Comunicação
393 através de mailling. O Assessor de Comunicação ANTONIO CARLOS DOMINGUES colocou
394 também que o CAU/BR solicitou um plano de mídia do CAU/PR, porque será iniciada uma
395 campanha nacional de divulgação, pelo advento das carteiras profissionais, sendo que o
396 plano de mídia foi devidamente encaminhado. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELO
397 destacou a importância da divulgação do Manual de Contratação, porque ele traz
398 detalhadamente as atribuições dos profissionais. O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE
399 MAIOLINO disse que acredita na capacidade de produção do CAU/PR, é claro que temos o
400 conselho federal, mas sozinho é impossível atuar em todas as comissões e propõe que as
401 comissões auxiliem seu trabalho, levando prontas as contribuições do estado para o
402 CAU/BR, a fim de dar suporte ao conselheiro federal. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular
403 CARLOS HARDT alertou que é preciso tomar muito cuidado com relação à questão das
404 atribuições e citou o exemplo de uma divulgação feita pelo IAB sobre um curso de
405 Arquitetura Hospitalar que permitia a participação de engenheiros também e, a seu ver se o
406 curso é de projeto de arquitetura, não cabe aos engenheiros receber esta atribuição. A
407 Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO, que é também presidente
408 do IAB/PR informou que a chamada era só para que os engenheiros pudessem aprender a
409 ler os projetos. O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO colocou que cursos de
410 especialização são abertos para todas as profissões, porém esses não são geradores de
411 atribuições profissionais. O presidente do CAU/PR às 12:57 horas sugeriu que se fizesse
412 pausa para almoço, o que foi aprovado.....

413 **2.5.3 Relato da Comissão de Atos Administrativos.....**

414 Às 14:00 horas, tendo o plenário retomado os trabalhos pelo presidente foi solicitado o
415 relato da Comissão de Atos administrativos, com pelo menos três pontos: reunião em
416 Campo Mourão, emissão de carteiras profissionais e o novo regimento do CAU/BR, tendo
417 convidado a todos participarem da reunião, que será realizada amanhã com a Comissão de
418 Atos Administrativos do CAU/PR para debater estes temas. Em seguida passou a palavra ao
419 Coordenador da Comissão para o relato. Com a palavra o Conselheiro Titular LUIS BECHER
420 relatou a reunião realizada na prefeitura de Campo Mourão com a presença do conselheiro
421 suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO e da assessora jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE
422 SOUZA LOBO e um representante do CREA-PR, com o objetivo de discutir as atribuições
423 profissionais em projetos de loteamentos; acrescentou que naquela cidade outros



424 profissionais fazem loteamento e isso é prerrogativa dos arquitetos e urbanistas. O saldo da
425 reunião foi positivo, tendo ficado estabelecido que o engenheiro pode fazer ações de
426 loteamento, mas não o loteamento, com exceção daqueles que tiveram durante a
427 graduação aulas de urbanismo e que isso esteja apostilado no CREA-PR. O Conselheiro
428 Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER disse que essa situação é bem instável, questionando
429 a possibilidade de uma ação mais incisiva. O Conselheiro Titular LUIZ BECHER esclareceu que
430 a assessora jurídica do CAU/PR comprometeu-se a elaborar um documento nesse sentido e
431 sugeriu que esse documento seja encaminhado a todas as prefeituras do estado. O
432 Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER colocou que em Umuarama loteamentos
433 são realizados, em sua maioria, por engenheiros e é necessário que se interfira nisso. Pelo
434 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR complementou que a assessoria jurídica do CAU/PR
435 está concluindo o documento e assim que o mesmo seja aprovado pela Comissão será
436 encaminhado a todas as prefeituras, ao Tribunal de Justiça e aos demais órgãos
437 competentes, inclusive ao CAU/BR. Em seguida, solicitou que fosse feito o relato referente à
438 emissão de carteiras profissionais, passando a palavra ao Conselheiro Suplente JOÃO
439 CARLOS DIÓRIO que esteve reunido com o CAU/BR com mais sete representantes dos
440 CAUS/UF, para tratarem da questão das carteiras profissionais, cujo modelo foi apresentado
441 nesta oportunidade (anexo III), sendo que ela vem com um chip de 80K de memória, em
442 seguida fez uma apresentação em power point do que foi tratado na reunião e colocou que
443 a licitação para a confecção da mesmas é de responsabilidade do CAU/BR e está em
444 andamento e disponível na internet; pontuou que pelo registro do CAU/BR o Paraná tem
445 7.880 arquitetos residentes no Estado, sendo que desses, 4.047 estão na Região da Capital,
446 estando ativos 5 236 arquitetos em todo o Estado, esclarecendo que esses foram os dados
447 utilizados para determinar a estratégia da logística para implantação no Paraná; sendo que
448 essa logística inclui pessoal, treinamento, um kit bio - que é o aparelho que vai captar a
449 imagem e as impressões digitais - transporte, correios para entrega, o local onde será
450 implantado é de responsabilidade do CAU/UF; o tempo estimado de cada atendimento ao
451 profissional deve ser de aproximadamente vinte minutos; sendo que no caso do Paraná, o
452 tempo necessário para implantação, está estimado em cento e noventa e um dia ou 1.533
453 horas. Para o nosso Estado foram previstas 3 (três) máquinas, sendo que o custo dessa
454 implantação será assumido pelo CAU/BR tendo ficado definido ainda, que o CAU/BR
455 também assumiria a logística nas capitais e no interior dos estados com menos de mil
456 arquitetos e a empresa contratada ficará com o interior dos oito estados que possuem mais
457 de mil arquitetos, sendo que a empresa fornece, instala e mantém o kit bio, no interior,
458 entrega as carteiras também; assim, em Curitiba e na região metropolitana, quem deverá
459 assumir a logística de implantação é o CAU/PR, ou seja, a emissão das carteiras profissionais
460 de aproximadamente 4.088 arquitetos e urbanistas caberá ao CAU/PR. Esclareceu, ainda,
461 que a licitação compreende, carteira profissional, certificação digital e a estrutura de
462 cadastramento. Em seguida apresentou o cronograma de implantação elaborado pelo
463 CAU/BR, sendo que a leitora de cartões está fora da licitação e custa aproximadamente R\$
464 10,00 (dez reais) e será de responsabilidade de cada profissional adquiri-la ou não – isso
465 ainda está sendo discutido pelo CAU/BR. Em seguida questionou o cronograma proposto
466 dessa implantação, cujos prazos são curtos, sendo que a meta almejada é de que até 31 de
467 dezembro, quando vence o prazo de validade das carteiras do CREA, todos os profissionais
468 estejam com suas carteiras em mãos. Esclareceu que a estratégia de logística no estado
469 deverá ser definida pelo CAU/PR, a partir do mapeamento feito pelo CAU nacional. Cabe ao
470 CAU/PR apresentar uma proposta de estratégia para que essa implantação se efetive, a fim



471 se efetive, a fim de planejar e estimar os custos. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
472 HULZMEYER questionou como isso será feito no interior do estado e como seria regularizada
473 a situação dos retardatários. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO esclareceu que
474 se o profissional não comparecer nesse prazo, a proposta do CAU/BR é que ele arque com as
475 despesas que isso acarretaria. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER
476 questiona sobre a possibilidade do CAU/PR adquirir esses kits e colocá-los nessas regionais
477 que serão abertas, a fim de que se garanta a confecção das carteiras. O Presidente JEFERSON
478 DANTAS NAVOLAR colocou que a organização desta ação foi realizada internamente pelo
479 CAU/BR e que tem a expectativa de que possamos adquirir ou alugar alguns equipamentos
480 destes; salientou que os estados foram informados que é a primeira vez que se licita no
481 Brasil uma carteira completa com todos os dados e que a licitação é do CAU/BR e os
482 CAUs/UF foram apenas informados dos procedimentos num informe; após o informe os
483 presidentes estaduais se reuniram e disseram que os estados também deveriam ser ouvidos,
484 e colocou que agora é hora de darmos nossas contribuições, o ideal seria que a posição do
485 CAU/PR quanto a esse assunto pudesse ser definida no máximo até o final desta semana, se
486 não deliberarmos hoje, isso será deliberado amanhã pela Comissão de Atos Administrativos,
487 para tanto ficam todos convidados a participar da reunião a realizar-se amanhã para debater
488 este tema, a qual está aberta a todos os demais conselheiros. Pedindo a palavra o
489 Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER colocou, a título de esclarecimento, que
490 sua questão não tinha a ver com o formato da implantação, mas sim queria saber da
491 possibilidade de manter uma dessas máquinas à disposição de cada regional, a fim de
492 atender os profissionais retardatários, ou mesmo aqueles que estão se formando doravante.
493 O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO esclareceu que a licitação, do modo como está
494 posta, prevê que a empresa vai atender por três anos ao CAU, assim, esses profissionais
495 seriam atendidos por ela também. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que
496 do jeito como foi planejada essa implantação - teremos uma ação do CAU/BR no interior e
497 uma ação do CAU/PR na capital, com o mesmo objetivo – há grande chance de dar confusão
498 e, repetiu, cabe ao CAU/PR fazer as contribuições agora, isso não significa que as medidas
499 que venhamos a propor por parte do CAU/PR venham a ser adotadas pelo CAU/BR, mas é
500 importante que contribuamos e mais uma vez convidou a todos para participarem da
501 reunião que acontecerá amanhã, com esse objetivo. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT
502 lembrou a experiência do TRE no recadastramento dos eleitores e o Conselheiro Suplente
503 CARLOS DOMINGOS NIGRO questionou a possibilidade de se fazer parceria com o TRE. Pelo
504 Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO foi dito que agora nos resta sugerir
505 procedimentos laçais já que a licitação já foi proposta pelo CAU/BR. O Conselheiro Titular
506 ALEXANDER FABRI HULZMEYER colocou que a fim de garantir o conforto dos profissionais o
507 local para esse recadastramento deve ser conhecido por eles e de fácil acesso, talvez nas
508 Associações. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR resumiu: amanhã esperamos ter
509 disponibilizado formalmente o documento de contratação da empresa vencedora da
510 licitação e a partir daí, será visto o que cabe ao CAU/PR e que tipo de infraestrutura de ser
511 montada para isso e depois encaminhar ao CAU/BR as contribuições do Paraná. O
512 Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO lembrou que esse é um momento político, o
513 profissional está ansioso por sua carteira. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
514 informou ainda, que há previsão da mudança do número do registro no CAU e quem vai ficar
515 com este ônus são os CAUs/UF, esclareceu que essa mudança ocorrerá em face da
516 inconsistência do cadastro encaminhado pelo CREA, por isso a solicitação do
517 recadastramento no SICCAU, é a partir daí que será iniciada uma nova ordem de numeração.



518 O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER quis saber como fica a situação
519 daqueles que já fizeram papelaria com o número fornecido pelo CAU/BR anteriormente. O
520 Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO esclareceu que o número atual fica valendo por
521 dois anos e quando ele for mudado, ambos serão válidos, ou seja, por dois anos os
522 profissionais terão dois números. Mais uma vez o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
523 conclamou a plenária a participar da reunião de amanhã a fim de resolver essas questões. O
524 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO colocou que acha esse momento muito positivo,
525 apesar de todos os entraves que possam surgir, agora os arquitetos e urbanistas terão uma
526 identidade e isso é extremamente positivo. Novamente o Presidente JEFERSON DANTAS
527 NAVOLAR solicita a participação de pelo menos mais um Conselheiro do interior na reunião
528 de amanhã, para ajudar na tarefa, para que até quarta-feira, o CAU/PR possa encaminhar
529 nossa posição, como foi proposto o prazo é muito curto e estamos vendo uma dualidade de
530 ações, o CAU/BR terá uma ação no interior e o CAU/PR terá outra na Capital, isso não pode
531 acontecer. Em seguida, dando encaminhamento aos trabalhos passou-se à questão da
532 revisão do Regimento Interno do CAU/BR atualmente em análise, o presidente JEFERSON
533 DANTAS NAVOLAR fez uma introdução ao assunto, colocando que o Regimento Interno em
534 vigor foi um documento feito apressadamente e ato contínuo o CAU/BR instituiu uma
535 comissão para elaborar o novo regimento, o qual há seis meses está sendo elaborado, cada
536 um dos conselheiros recebeu uma cópia do novo documento, e devemos mandar
537 contribuições até a quarta-feira próxima, prazo final para sugestões; pontuou que o
538 documento em debate é muito extenso, solicitando a participação de conselheiros para a
539 análise, sendo que a assessora jurídica do CAU/PR estará à frente disso e se alguém estiver
540 disposto a participar, informa, que esta reunião também será amanhã na sede do CAU/PR.--.

541 **2.5.4 Relato da Comissão de Ensino e Formação Profissional.**-----
542 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que até agora, apenas três instituições
543 de ensino no Paraná fizeram o cadastro completo no SICCAU e isso pode gerar problemas,
544 com a proximidade das colações de grau, é importante que esse cadastramento esteja
545 completo, caso contrário os novos arquitetos não conseguirão registro; pontuou que
546 acreditava poder trazer essas informações mais detalhadas hoje, mas infelizmente não
547 tivemos acesso a essas informações via SICCAU, apenas o Coordenador da Comissão
548 Nacional pode liberar estes dados atualizados; esta solicitação já foi encaminhada ao
549 CAU/BR. O Coordenador da Comissão de Ensino e Formação Profissional, Conselheiro Titular
550 CARLOS HARDT colocou uma outra situação: o SICCAU não possibilita a consulta também
551 sobre a regularidade dos Coordenadores de Curso; esclareceu que isso é necessário em
552 função dos estágios; cabe aos coordenadores de curso garantir que seus alunos em estágio,
553 sejam assistidos por profissionais, com atribuição legal para exercer sua profissão; no CREA
554 era permitido esse acesso aos coordenadores de curso, mas no SICCAU isso não é possível. O
555 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que a comissão nacional de ensino e
556 formação profissional poderia liberar uma senha especial para o conselheiro Coordenador
557 para este fim, mas não acredita que o faça. O Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS
558 NIGRO informou que esse assunto foi proposto como pauta para a comissão de ensino
559 nacional. Pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dito que hoje o caminho que
560 temos é o mais longo, ou seja, ligar para o CAU/BR e pedir que a assessoria da Comissão
561 Nacional nos forneça a informação. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT disse, que a seu
562 ver, uma saída seria fazer uma comunicação às escolas de que na hora do aluno ser
563 contratado como estagiário deve apresentar um documento que comprove que o
564 profissional está regular com o CAU, mas acha que isso é muito burocrático. O Presidente



565 JEFERSON DANTAS NAVOLAR discordou da opinião do conselheiro alegando que essa pode
566 mesmo ser a solução e propôs que se tire uma deliberação nesse sentido, tendo sugerido
567 que o conselheiro titula CARLOS HARDT elabore uma minuta nesse sentido, esclarecendo
568 que apesar de burocratizar o processo, talvez essa seja a melhor solução para o momento,
569 até que a situação se regularize

570 **3 Informe "Arquitetura, Cinema e Cidades". Ciclo de debates e exibição de filmes.**.....

571 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que foi convidado, como autarquia, a
572 participar do debate no lançamento do filme Curitiba Zero Grau e como estamos em tempos
573 de eleição, surgiu a ideia de selecionar outros títulos que falem de cidades e arquitetura a
574 fim de propor um debate acerca da cidade que temos e a cidade que queremos; a exibição
575 destes filmes vem acontecendo aos sábados às 10h00 no cine Agua Verde, durante seis
576 semanas teremos exibição de filmes e debate. Em seguida passou a palavra ao Assessor de
577 Comunicação ANTONIO CARLOS DOMINGUES, que fez o relato do que está sendo feito nesse
578 sentido, colocando que foi alugado o Cine Água Verde para a exibição dos filmes, tendo
579 nomeado todos os títulos que se pretende exibir, bem como um breve resumo de cada um
580 deles; colocou também a baixa frequência de pessoas, que atribui ao horário de exibição dos
581 filmes – sábado de manhã, único horário liberado. O Conselheiro Titular ORLANDO
582 BUSARELLO propôs que sejam exibidos outros filmes em que a cidade é o palco, filmes que
583 demonstram como as cidades são suporte para as relações humanas, de modo que o debate
584 possa auxiliar na ampliação da leitura holística da cidade, tendo apresentado uma listagem
585 deles – Petrópolis, Brazil, 1984, entre outros - sugerindo que esse projeto continue. O
586 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR disse que a ideia é boa e que a continuidade é
587 possível e temos que abrir oportunidades para este debate. O Conselheiro Titular
588 ALEXANDER FABRI HULZMEYER colocou que gostaria de fazer uma crítica construtiva quanto
589 ao texto enviado para divulgação do evento, a seu ver, ele não deixa claro o que se propõe e
590 precisa ser melhorado. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO esclareceu que a
591 proposta é discutir o que o arquiteto faz, e qual a sua contribuição para as cidades. O
592 Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER sugeriu que a fórmula seja repassada
593 para outras cidades também. O Assessor de comunicação ANTONIO CARLOS DOMINGUES
594 esclareceu que aqui se optou por fazer as exibições num cinema comercial, por questão de
595 conforto, mas eles podem ser exibidos numa sala com um telão, por exemplo. O Conselheiro
596 Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER colocou que é importante que a fórmula seja
597 reproduzida de modo que fique claro que é uma ação do Conselho e não como uma fórmula
598 acadêmica. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO lembrou que a experiência ainda é
599 nova e que o debate pode acontecer de fato. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
600 colocou que as sugestões são válidas e solicitou ao assessor de comunicação que inclua a
601 possibilidade de fazer o cinema itinerante também. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO
602 MONTEIRO questiona a possibilidade de se formar uma comissão cultural para o CAU/PR. O
603 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO colocou-se contrário à ideia, alegando que
604 comissões são burocratizastes e não realizam muita coisa, a seu ver, essa iniciativa deve
605 continuar como está. O presidente convidou a todos para comparecerem na próxima seção.

606 **4 Relato da Reunião do FORUM de Presidentes (09 de agosto)**

607 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que a primeira reunião aconteceu em
608 Goiânia com a presença de 18 (dezoito) presidentes, onde ficou claro que neste momento há
609 uma distância muito grande entre a plenária do CAU/BR e os CAUs/UF e já se percebe um
610 desalinhamento de ações (por exemplo: papelaria completamente diferente), de calendário,
611 entre outras; há uma proposição inicial para padronização da gestão dos CAU/UF, há uma



612 pauta que cabe aos presidentes dos CAUS, especialmente sobre este aspecto de gestão. A
613 última aconteceu há duas semanas em Florianópolis, juntamente com um seminário, onde
614 estiveram 22 (vinte e dois) presidentes, inclusive o presidente Haroldo Pinheiro que integra
615 esse Fórum. Colocou que é previsível que alguns conselheiros federais não vejam com bons
616 olhos esse Fórum, que acham que isso é política, como se fosse possível não fazer política o
617 tempo todo; vamos fazer política, sim, no sentido de alinhar os trabalhos; o papel do Fórum
618 de Presidentes é contribuir para a padronização de ações. A perspectiva é que tenhamos 5
619 (cinco) coordenadores nesse Fórum, um de cada região, para que as características regionais
620 estejam presentes; que ele seja informal, não se pretende construir mais uma estrutura
621 burocrática dentro do Conselho. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER
622 perguntou se o CAU/BR contratou algum diretor executivo, tendo sido respondido pelo
623 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR que o executivo contratado pelo CAU/BR foi sua
624 Diretora Geral, Mirna Coortopassi Lobo e esclareceu que a estrutura do CAU/BR é bem
625 organizada e conta com aproximadamente 40 (quarenta) pessoas trabalhando. O
626 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO disse que em conversa com a diretora geral do
627 CAU/BR, foi informado que há edital para contratação de empresa de gestão. O Presidente
628 JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que esse edital foi montado sem contribuição dos
629 CAUS/UF e não sé salutar que as coisas ocorram dessa forma, porque não é a gestão do
630 CAU/BR que será contratada, mas a gestão de todos os CAUs e o Fórum de Presidentes tem
631 entre outras, a atribuição de uniformizar as ações, é mais um espaço de trabalho que se abre
632 em busca da unicidade.

633 **5. EXTRA-PAUTA**

634 **5.1. Emissão de Carteiras Profissionais**

635 Assunto tratado no item Relato da Comissão de Atos Administrativos.

636 **5.2. Moção de reconhecimento dos 50 anos de história e de lutas do IAB-PR**

637 Por todos os 50 anos de luta a favor dos Arquitetos e da Arquitetura do Estado Paraná, do
638 Brasil e das Américas, frente a atuação política e dos cargos assumidos pelos membros dos
639 seus corpos diretores e do seu Conselho Superior: aprovado.

640 **5.3. Nota de pesar à família do Senhor Decano da Escola de Arquitetura e Urbanismo da PUCPR, Prof. José Casela**

641 Aprovada.

643 **5.4. Acesso ao banco de dados cadastrais, para conferência do registro de profissionais e de empresas no CAU/PR, quites com suas obrigações, visando a supervisão dos relatórios de estágio obrigatório, pelos coordenadores de cursos de Arquitetura e Urbanismo do Estado do PR**

647 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que esse assunto já havia sido tratado
648 no relato da Comissão de Ensino, tendo ficado decido que se faria minuta para Deliberação,
649 pelo Conselheiro Titular CARLOS HARDT foi dito que ele acredita que no médio prazo o
650 acesso vai ser permitido, até porque não há motivo para sigilo nesse caso, uma vez que só se
651 pretende ver se o profissional está devidamente registrado no conselho. O Assessor de
652 Planejamento HELIO BOTO DE BARROS esclareceu que existe um link de acesso público no
653 site do CAU, onde se consegue saber se um indivíduo é profissional do conselho, tendo
654 demonstrado no telão qual o procedimento para conseguir esse acesso. O Conselheiro
655 Titular CARLOS HARDT pediu licença ao presidente para ler a minuta que elaborou para a
656 Deliberação com relação às exigências para supervisão de estágio, que deverá ser
657 encaminhado à assessora jurídica para formalizar o documento. Em face de dúvida
658 levantada pelo plenário, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que a



659 certidão que deverá ser solicitada é de “registro e quitação de pessoa física”, porque esse é
660 o nome da Certidão disponível no SICCAU. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT esclareceu
661 que essa minuta não está sendo feita em seu papel de coordenador de curso, mas como
662 coordenador da Comissão de Ensino e Formação Profissional e é o Conselho que vai
663 encaminhar às universidades. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu à
664 plenária que cabe ao CAU/PR oficiar às universidades, depois da deliberação ser aprovada
665 em plenário: aprovado.....

666 **5.5. Relatório mensal do CAU/PR sobre o processo de cadastramento das escolas de**
667 **arquitetura e urbanismo do Estado Paraná**

668 Assunto tratado no relato da Comissão de Ensino e Formação Profissional.....

669 **5.6. Pacto Global**.....

670 O residente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que o conselheiro titular LUIZ BECHER
671 estava encarregado de analisar o documento na outra reunião plenária, porém foi retirado
672 de pauta; que houve uma reunião com a FIEP sobre esse assunto e o conselheiro suplente
673 JUCENIE GUSSO MONTEIRO representou o CAU/PR, tendo solicitado que o mesmo fizesse
674 seu relato. Com a palavra o Conselheiro Suplente JUCENIE GUSSO MONTEIRO fez seu relato
675 e salientou que a FIEP está organizando um Congresso que deverá ocorrer em outubro,
676 tratando desse tema e propôs que essa seja uma ação conjunta com o CAU/PR, sendo que o
677 CREA já se faz presente, sendo que essa parceria exigiria apenas a divulgação do evento por
678 parte do Conselho, esta proposta de aproximação pode ser estendida para outros temas,
679 também. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que a iniciativa de aproximação
680 do CAU/PR com a FIEP prevê com o tema “Arquiteto Empreendedor” e pede à plenária que
681 se dê ao conselheiro JUCENIE GUSSO MONTEIRO autorização para avançar nas discussões do
682 tema, especialmente porque ele representa, no Conselho, a ACP, o que possibilitaria a
683 inserção do tema tanto na FIEP, quanto na ACP, o que foi autorizado.....

684 **5.7. Congresso Panamericano**.....

685 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que em novembro próximo, acontecerá
686 em Maceió o Congresso Pan-americano de Arquitetos, onde outros Conselhos de
687 profissionais das Américas e do mundo estarão presentes. Vários eventos programados,
688 sendo que o primeiro deles é a eleição da FPAA – Federação Pan-americana de Arquitetos -
689 sendo que até o momento o Brasil é o único candidato que está se colocando para essa
690 eleição; esclareceu que esse é um trabalho que o IAB está fazendo através do Conselheiro
691 JOÃO SUPPLY. Temos a possibilidade de trazer esta presidência para o Brasil; lembrando
692 ainda que em 2015 no MERCOSUL entrará em vigor o Livre Trânsito de arquitetos,
693 padronização de currículos, etc.; colocou que é um momento muito importante recuperar
694 essa pauta e recuperar o tempo perdido em relação às outras profissões, para que não
695 aconteça dos arquitetos dos outros países terem autorização para trabalhar aqui e os nossos
696 não poderem trabalhar no país deles; acredita que com a Presidência da FPAA no Brasil isso
697 será facilitado; assim, pediu autorização da Plenária para apoio financeiro à participação do
698 conselheiro JOÃO SUPPLY, na organização desse evento e na continuidade da sua
699 candidatura à Presidência da FPAA, o que aprovado por unanimidade. Pedindo a palavra o
700 Conselheiro Titular CARLOS HARDT informou que recebeu na PUC uma comissão avaliadores
701 do MERCOSUL visando a acreditação do curso de arquitetura e urbanismo oferecido por
702 aquela instituição, dentro do sistema educacional do MERCOSUL, chamado Arcosul, essa
703 universidade é a terceira a receber essa visita, sendo que segundo o funcionário do MEC,
704 que acompanhava a comitiva do MERCOSUL, o ministro da educação está preocupado
705 porque os outros países estão mais adiantados que o Brasil, a expectativa do MEC é que essa



706 acreditação seja efetivada. Aproveitando o assunto, o Conselheiro Titular MANOEL DE
707 OLIVEIRA FILHO quis saber qual posição do CAU com relação aos profissionais europeus que
708 estão vindo residir no Brasil. O presidente passou a palavra ao Conselheiro Federal LAERCIO
709 LEONARDO ARAÚJO, o qual respondeu que a ideia em debate no CAU/BR não é proibir a
710 entrada de estrangeiros, mas sim dificultar a entrada desses; assim o registro de
711 profissionais estrangeiros deve ser realizado tal como é feito nos outros países; a questão
712 que se discute é a valorização do profissional brasileiro e o profissional estrangeiro não deve
713 ter vantagens sobre nossos compatriotas; a reciprocidade deve existir; a preocupação é com
714 relação às atribuições que devem ser analisadas; nos outros países isso não é facilitado para
715 os brasileiros; informou ainda que a plenária nacional pretende resistir e não facilitar o
716 registro de estrangeiros. Às 16:00 horas o presidente propôs uma pausa de quinze minutos
717 para o coffe-break.....

718 **5.8. Relato do CAU/BR.**.....

719 O Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO ARAÚJO iniciou sua fala pedindo atenção e
720 colaboração ao NOVO regimento geral do CAU/BR, informando que existe o desejo de
721 terminar isso até o fim da próxima semana, solicitando a participação dos conselheiros na
722 análise do regimento que se propõe. Pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi dito
723 que amanhã haverá reunião entre ele, o Conselheiro Federal e a Assessora Jurídica com este
724 objetivo e convida aos interessados. Com a palavra o Conselheiro Federal LAERCIO
725 LEONARDO ARAUJO informou que não poderá comparecer o dia inteiro, por força de
726 compromissos inadiáveis no seu trabalho, porém enfatizou a necessidade dos conselheiros
727 fazerem uma análise do regimento geral, que está sendo proposto pelo CAU/BR, a qual deve
728 ser feita no sentido de como isso repercutirá no estado; pontuou que acha importante que
729 se leve a contribuição do Paraná nesse sentido. Em seguida retomou o assunto do Congresso
730 Pan-americano de Arquitetos, salientando sua e informando que já foi aprovado apoio
731 financeiro por parte do CAU/BR para este evento, até porque haverá programação do CAU
732 com muitos outros conselhos reunidos nesse congresso e a troca de experiências é muito
733 importante; salientando que a plenária do CAU/BR tem a preocupação no sentido de
734 valorizar o profissional brasileiro, ou seja, o plenário não abre mão da reciprocidade de
735 registro. Informou ainda que em outubro haverá um Seminário sobre Políticas Urbanas no
736 Brasil, tendo se comprometido em passar futuramente a programação ao presidente e
737 convocou para uma participação ativa nessa discussão. Para concluir, colocou que faz parte
738 de 2 (duas) comissões do CAU/BR: a permanente, de finanças e outra especial, de
739 desenvolvimento profissional, sendo que nessa última, foi feita uma distribuição de
740 trabalho– hoje estão em 5 membros com RS, TO, CE e RN. Na primeira etapa, para estudo
741 sobre pregão eletrônico para contratação de projeto de arquitetura e complementares.
742 Relatou também que já está funcionando a Assessoria Parlamentar do CAU/BR, que é dada
743 por uma arquiteta, com livre trânsito no Congresso Nacional, e já se identificou 66 (sessenta
744 e seis) projetos em tramitação no congresso nacional, que interessam aos arquitetos, dos
745 mais variados assuntos, desde aquele que estabelece o salário mínimo profissional até coisas
746 como a manutenção das edificações. Colocou que dos trabalhos que ficaram a seu encargo,
747 um deles é uma campanha “um arquiteto em cada prefeitura” e pediu contribuição dos
748 conselheiros nesse sentido. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO colocou que
749 realmente é importante que haja um arquiteto em cada prefeitura, mas questionou se o
750 impedimento para que isso não aconteça seja a questão salarial, porque sem motivação
751 financeira nenhum arquiteto vai querer trabalhar. O conselheiro Federal LAERCIO
752 LEONARDO ARAÚJO fez menção ao projeto de lei do Senador Edson Lobão, que já passou



753 pela Câmara Federal e agora está tramitando no Senado, sobre o salário mínimo do
754 profissional arquiteto e urbanista, extensiva aos funcionários públicos e o CAU/BR está
755 apoiando essa iniciativa. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou o parecer
756 jurídico do CAU/BR em atendimento a uma solicitação do CAU/TO, sobre salário mínimo do
757 arquiteto. É um parecer longo e conclusivo, que se pensou em divulgar. Porém na semana
758 passada foi recebido um parecer do RS desfavorável ao salário mínimo. Em seguida passou a
759 palavra à Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO solicitando que
760 ela esclarecesse melhor o assunto, sendo que a mesma colocou que a questão reside no fato
761 de que a constituição brasileira reza que não se pode indexar o salário vinculado ao salário
762 mínimo, porém existem entendimentos contrários a essa posição em outras instâncias do
763 judiciário; informou que juntou toda a documentação contrária e também a favorável à
764 indexação e encaminhou para a assessoria jurídica do CAU/BR; concluiu sua fala dizendo que
765 enquanto não houver posição final por parte do judiciário, não dever ser o Conselho a definir
766 que os arquitetos não tem direito a um mínimo. O Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO
767 ARAUJO colocou que se o projeto de lei for aprovado a questão estará pacificada. O
768 Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO colocou que se as prefeituras já não davam
769 conta de um profissional, agora seriam dois no mínimo – um engenheiro e um arquiteto,
770 ficando ainda mais oneroso. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER respondeu
771 que isso é problema das prefeituras e a solução para essa dificuldade cabe a elas, o papel do
772 Conselho é defender os arquitetos e urbanistas. O conselheiro Titular LUIZ BECHER se
773 posicionou dizendo que deve ser feita uma campanha com as prefeituras, via Conselho, que
774 se o profissional viabilizar tecnicamente e financeira um único projeto de interesse da
775 comunidade local, durante o ano inteiro, ele já paga seu salário. O Conselheiro Titular
776 ORLANDO BUSARELLO, pontuou que a função do arquiteto na prefeitura é coordenar,
777 supervisionar, dirigir e não fazer projetos; colocou que há anos se luta contra os arquitetos
778 fazerem projetos dentro das prefeituras, isso é sentido aqui e Curitiba há muitos anos, a
779 participação do arquiteto, que tem sua estrutura privada, foi diminuída nos projetos
780 públicos, sendo que o órgão de planejamento da prefeitura local virou um escritório de
781 projetos e não deve ser essa a função de um arquiteto na prefeitura. Pelo Conselheiro
782 CARLOS HARDT foi dito que lhe parece que a função do arquiteto em uma prefeitura varia de
783 acordo com a escala do município e a seu ver, cabe ao arquiteto montar um projeto para
784 buscar recursos para a prefeitura; para ele é difícil dimensionar a demanda de forma
785 generalista. Numa grande prefeitura o arquiteto não é contratado para fazer projeto físico,
786 mas a seu ver o Conselho como entidade nacional apoia a necessidade da prefeitura ter o
787 suporte de um profissional arquiteto. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULZMEYER
788 colocou que se criarmos restrições às atribuições do arquiteto nas prefeituras, mesmo que
789 seja correto, não concorda; a seu ver deve-se incentivar que o arquiteto se envolva de modo
790 a ser útil para a prefeitura contratá-lo; lembrou que o arquiteto está concorrendo com o
791 engenheiro civil e o argumento das prefeituras é que esse é mais barato que o arquiteto.
792 Pedindo a palavra o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO colocou que esta
793 discussão é bastante oportuna e necessária, mas entende que antes disso é extremamente
794 necessária a informação das atribuições do arquiteto; outra questão; colocou que muitos
795 recursos voltam aos cofres públicos por falta de projetos e o arquiteto pode ser o
796 instrumento para viabilizar esses recursos e isso sim, vale a contratação do arquiteto e o
797 pagamento do seu salário; acredita que esse esclarecimento deve constar de uma campanha
798 de valorização profissional. Em seguida trouxe a questão da subdivisão do território, que é
799 atribuição de arquiteto, sendo que o que tem observado é que os Cartórios de Registro de



800 Imóveis têm a descrição dos lotes feita de forma errônea, por outros profissionais que não
801 os arquitetos; solicitou ao conselheiro federal LAERCIO DE ARAÚJO levasse à plenária do
802 CAU/BR a sua preocupação. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR passou novamente a
803 palavra ao conselheiro federal salientando que ainda há quatro itens a serem tratados. Com
804 a palavra o Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO ARAÚJO colocou que estava pensando
805 em uma campanha e sabe que nela devem estar embutidas as atribuições dos arquitetos, ou
806 seja, ela deverá ser mais abrangente; não existe uma lei que obrigue as prefeituras a
807 contratarem arquitetos, mas uma campanha informativa pode ser exitosa. O conselheiro
808 Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO defendeu a ideia da campanha. O Presidente
809 JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que houve 3 (três) reuniões com a Secretaria de
810 Desenvolvimento Urbano do Estado, onde se colocou oficialmente o papel do arquiteto, e
811 foi pedido a divulgação junto às associações de municípios. O Conselheiro Federal LAERCIO
812 LEONARDO ARAUJO colocou que seria importante fechar essa campanha aqui no Paraná
813 como um piloto do CAU/BR.....

814 **5.9 – Relato da reunião do CEAU.....**

815 O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO iniciou sua fala esclarecendo que o CEAU é um
816 colegiado de entidades de arquitetos e urbanistas, dentro do CAU/BR; esteve em uma
817 reunião representando a ABAP; relatou que há 4 (quatro) itens que são importantes
818 salientar, o primeiro é que a figura do CEAU deve ser reproduzido nas unidades federativas e
819 uma das propostas da reunião foi montar uma minuta de resolução para definir como isso
820 será feito; encontravam-se presentes nessa reunião o presidente do CAU/BR, Haroldo
821 Pinheiro, 3 (três) coordenadores de comissões – exercício profissional, ensino e finanças – e
822 ali se tratou fundamentalmente sobre a valorização da profissão do arquiteto, sendo que
823 esse assunto veio à tona diversas vezes, especialmente no que diz respeito às licitações que
824 são feitas pelo menor preço e o coordenador da comissão de exercício profissional ficou
825 encarregado de fazer um mapeamento dessa situação no país; outra questão tratada na
826 reunião foi a Resolução 23 do CAU/BR, que trata da distribuição de recursos/patrocínio via
827 edital às entidades; essa resolução é uma primeira aproximação com as entidades, mas a
828 ABAP fez uma proposta destina ao coordenador da comissão de finanças, uma vez que é
829 sabido que algumas entidades estão mais organizadas nacionalmente e têm maior
830 capacidade de mobilização, no sentido de que fosse feita uma distribuição paritária dos
831 valores, ou seja, cada entidade tivesse o direito de receber o mesmo valor que as outras,
832 além de flexibilizar o repasse desses recurso, já que há a previsão de apenas 4 (quatro)
833 valores de repasse – dez mil, para eventos municipais ou estaduais, vinte mil para eventos
834 regionais, trinta mil para eventos nacionais e cinquenta para eventos internacionais; outro
835 item muito debatido foi a elaboração de uma minuta de resolução a fim de estabelecer
836 critérios para inserção de novas entidades no CEAU/BR, sendo que já é quase certo que
837 serão admitidas outras entidades, mas o que tomou mais tempo foi a questão das entidades
838 mistas, tendo ficado muito claro que para o CEAU a atribuição de arquitetura é de
839 arquitetos, assim, tendo sido colocado em votação 4 (quatro) das 5 (cinco) entidades
840 representadas votaram que as entidades mistas não deverão participar desse colegiado.
841 Esclareceu que não é membro permanente desse colegiado e foi lá como representante do
842 presidente da ABAP. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO perguntou se o
843 conselheiro ORLANDO BUSARELLO tinha por escrito essa questão da exclusão das entidades
844 mistas, tendo sido esclarecido pelo Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO que o que foi
845 votado não foi não a exclusão, e sim a não aceitação dessas entidades com direito a voto.
846 Colocou que a FNA queria que essas entidades fizessem parte do CEAU, mas as 4 (quatro)



847 demais entendem que arquitetura é atribuição de arquiteto. Não tem em mãos a ata.
848 Naquela reunião foi trazida ainda, a criação da ouvidoria do CAU/BR, o ouvidor foi lá se
849 apresentar, o Arquiteto Tibiriçá, que todos devem conhecer, cuja escolha o conselheiro
850 aprovou, por ser uma pessoa com trânsito fácil e diplomacia. Outra questão tratada foi o PL
851 2043, sendo que a explicação da assessora parlamentar do CAU/BR acalmou os ânimos, uma
852 vez que agora se percebe que há um acompanhamento desse projeto. Foi solicitado a todos
853 os presidentes de associação uma mobilização no sentido de sensibilizarem as bancadas
854 federais de seus respectivos estados para levar a informação acerca do PL, o Paraná levou
855 essa solicitação para os Deputados Arruda e Vanhoni. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND
856 SUPPLY NETO colocou que esse PL é inconstitucional e isso serve como motivo de ataque. O
857 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO informou que a assessora parlamentar está
858 agindo nesse sentido, sendo que foi requerido o arquivamento do PL, o que deve ser difícil
859 conseguir. Pelo Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO ARAUJO foi dito que
860 estrategicamente os jardineiros retiraram a criação de conselho próprio do congresso. A
861 estratégia dos arquitetos é fazer o PL passar pelo maior número de comissões de modo a
862 adiar ao máximo esse projeto. A fim de concluir seu relato o Conselheiro Titular colocou que
863 a comissão de finanças do CAU/BR está montando uma minuta de um possível edital para
864 contratação uma empresa de previdência. Esses 4 (quatro) pontos foram os principais
865 daquela reunião.....
866 Em seguida o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR passou a palavra ao Conselheiro
867 Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO que retomou a questão do congresso Panamericano,
868 pontuando que esse congresso é extremamente importante para a arquitetura, onde
869 ocorrerá a troca da diretoria executiva da FPAA; pontuou que é uma oportunidade de se ter
870 uma discussão, sem igual, com relação à temática sobre as entidades credenciadoras das
871 Américas, porque o congresso além das 15 (quinze) conferências que estão previstas, há
872 fóruns paralelos para se discutir questões outras e há a oportunidade de se fazer uma
873 discussão sobre os conselhos com troca de experiência; ademais, lembrou que até 2015
874 devemos ter paridade de troca de serviços e aí entra a importância da representação no
875 CIAM, que antes da representação do CAU estava quase que ausente, sendo que a primeira
876 participação foi a do presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, numa reunião em
877 Montevideo, representando o presidente HAROLDO PINHEIRO onde foi protocolado pedido
878 para que o CAU seja admitido como sócio institucional (sem direito a voto), já que hoje o IAB
879 representa os arquitetos brasileiros na FPAA; a questão do registro de estrangeiros também
880 poderá ser tratada aí; relatou que já falou com 5 (cinco) presidentes de CAU/UF pedindo
881 apoio financeiro e que conseguiu apoio de cinquenta mil reais do CAU/BR. O Conselheiro
882 Titular ORLANDO BUSARELO colocou que nesse caso caberia a flexibilização da Resolução
883 23 quanto aos valores de patrocínio, garantindo um aporte maior. A seguir o Presidente
884 JEFERSON DANTAS NAVOLAR passou a palavra ao Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
885 HULZMEYER que trouxe uma questão acerca da Lei que dispõe sobre o plano de
886 gerenciamento de resíduos da construção civil, uma vez que em Umuarama os profissionais
887 tem apresentado a gestão destes resíduos na forma de relatórios, porém há dúvidas quanto
888 ao preenchimento correto do RRT, sendo que sua questão foi sanada pelo Assessor de
889 Planejamento HELIO BOTTO DE BARROS que esclareceu que essa atividade consta da
890 Resolução 21, no seu item 4.2.13. Logo após, com a palavra o Conselheiro Titular ANDRÉ
891 SELL propôs que a reunião plenária de outubro seja realizada em Londrina na mesma
892 semana em que aconteceu o seminário DOCOMOMO naquela localidade, o que foi
893 aprovado pelo plenário, tendo sido escolhida a data de 20/09/2012 para a reunião. Em



894 seguida o presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR passou a palavra ao Conselheiro Titular
895 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO que relatou que a prefeitura de Maringá, que anteriormente
896 exigia a apresentação dos projetos complementares já na entrada do projeto de arquitetura
897 na Prefeitura, sendo que os arquitetos daquela localidade fizeram um documento pedindo
898 que isso fosse modificado e depois de algumas dificuldades e reuniões, acabaram por
899 conseguir seu intento, sendo que agora a Prefeitura flexibilizou, permitindo que os
900 complementares sejam apresentados na ocasião do “habite-se” e propôs a realização de um
901 convênio entre ela o CAU/PR para que os projetos arquitetônicos sejam analisados por
902 arquitetos e não por engenheiros, como é feito atualmente; questionou a plenária se há
903 concordância que se faça esse convênio, sendo que de sua parte não vê problema em
904 conveniar com a Prefeitura, uma vez que isso pode ser uma forma de a valorização da
905 profissão de arquiteto e urbanista. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que
906 o Conselho não pode deixar de aproveitar essa oportunidade, quando uma Prefeitura desse
907 porte está revendo seu entendimento quanto à aprovação de projetos, no sentido de uma
908 simplificação de burocracia e também de valorização do profissional. O Conselheiro Titular
909 ALEXANDER FABRI HULZMEYER fez esclarecimentos ao Conselho com relação ao que ocorre
910 em Umuarama; naquela localidade a Prefeitura não exige a apresentação dos projetos
911 complementares, mas exige que passe pela Associação mista local, essa obrigatoriedade é
912 inconstitucional e ilegal, não cabe às associações aprovarem projetos para a Prefeitura. O
913 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que Maringá está saindo desta situação. O
914 Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA FILHO esclareceu que em Maringá é um pouco diferente:
915 os projetos arquitetônicos, como os demais, são levados numa sala onde é protocolado e
916 conferido, sendo que o profissional - no caso de Maringá ainda é do CREA - não vai analisar o
917 projeto, mas apenas confere metragem, documentação, etc. O Conselheiro Titular
918 ALEXANDER FABRI HULZMEYER quis saber se há algum meio de acabar com a intervenção
919 das Associações junto às Prefeituras, sendo que em Umuarama a Associação cobra uma taxa
920 para fazer isso e a gerente de lá é quem aprova e faz as correções nos projetos e a Prefeitura
921 não libera Alvará para obra nenhuma se o projeto não tiver passado pela Associação. O
922 Conselheiro Titular LUIZ BECHER relatou que não sabe como está atualmente, mas em
923 Campo Mourão a Associação não fazia uma vistoria sobre o projeto, o que era vistado é se o
924 projeto estava de acordo com aquelas exigências dos atos do CREA-PR. O Conselheiro Titular
925 ALEXANDER FABRI HULZMEYER questionou se para a Prefeitura essa exigência não deveria
926 ser feita na hora do “habite-se” e não no início da obra, sendo que se for firmado o convênio
927 com a Prefeitura de Maringá isso pode servir como “experiência”, já que gera
928 desburocratização. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que vê exatamente
929 nesse sentido, não devemos repetir como o CREA-PR, muito pelo contrário, o papel do
930 CAU/PR deve ser de apoiador no processo de simplificação na emissão de alvará, na
931 valorização do profissional e assinando o convênio ou não; fica autorizado o apoio à
932 iniciativa de Maringá, no sentido de valorização à profissão. A seguir o Conselheiro Titular
933 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO relatou que em reunião que houve em Maringá (na qual estava
934 presente também o conselheiro federal do CONFEA, Ladaga) apresentou-se um texto que
935 designava projetos feitos tanto por engenheiro quanto por arquiteto, de projeto
936 arquitetônico, sendo que o conselheiro solicitou que se retirasse o termo arquitetônico, uma
937 vez que o único profissional habilitado para realizar esse projeto é o arquiteto, tendo
938 sugerido que fosse denominado de projeto de implantação de edificações, com o apoio do
939 Ladaga. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO alertou que a utilização do
940 termo implantação também deve ser cuidadosa e sugere que seja colocado no projeto que o



941 profissional se responsabiliza pela obra, dentro de todas as normativas. Com a palavra o
942 Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO ARAÚJO disse que tem relação com o Conselheiro
943 Federal do CREA-PR, LADAGA, sendo que faz parte de uma terceira comissão no CAU/BR –
944 Comissão de Harmonização com o CONFEA – da qual o Conselheiro Federal do CREA-PR
945 LADADA também é membro. Relata que já haviam conversado, no mês de julho, sobre esta
946 questão da nomenclatura dos projetos e ele tentou argumentar contrariamente à mudança
947 e é com grata surpresa que ouve que o mesmo mudou sua posição. A questão da
948 nomenclatura deve ser amplamente discutida. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA
949 FILHO colocou que o problema permanecerá em Editais e contratação, já que o termo
950 “edificação” cabe para as duas profissões. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
951 HULZMEYER pontuou que conceitualmente o debate é interessante, mas na prática fica na
952 mesma. Não acredita que a mudança do termo restringirá a atuação profissional, as
953 Prefeituras acabarão por organizar seus Editais colocando “projeto de edificações ou
954 arquitetônico”, chamando os dois profissionais. O Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO
955 ARAUJO colocou que não vai haver muita mudança, mesmo, nessa primeira fase, que é
956 separar a denominação, mas no futuro, a discussão de atribuição deve continuar. O
957 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR ressaltou que o importante é que o debate está
958 aberto - diferentemente de tempos anteriores - e a discussão pode gerar mudanças; sugeriu
959 o encerramento da sessão, sendo que o Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO
960 pediu ainda a palavra a fim de consultar a plenária acerca de uma questão: ainda é solicitado
961 para dar palestras sobre acessibilidade, porque acumulou conhecimento sobre o tema, para
962 isso e a AEM o convida para dar essas palestras em Prefeituras e etc., atualmente não pode
963 mais usar a logomarca do CREA-PR, por motivos óbvios, então coloca nos seus slides a
964 logomarca do CAU/PR, mas na hora de assinar a presença, o faz como representante da
965 Associação; pediu então o apoio do CAU/PR, no sentido de que essas palestras aconteçam
966 pelo CAU/PR e não mais pela Associação. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
967 declarou seu apoio à iniciativa, sendo que o Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO
968 ARAUJO sugeriu que deveria se aprofundar o tema com um Manual ou Cartilha, mas seria
969 interessante que se tivesse um material publicado nesse sentido, porque não sabe como é o
970 material que está sendo utilizado. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO
971 esclareceu que tem utilizado o material fornecido pelo CREA-PR, composto de leis e
972 decretos, etc. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT sugeriu a utilização do material
973 produzido pelo arquiteto LANCHOTTI, conselheiro federal suplente do CAU e tem um
974 material de primeira qualidade sobre o tema de acessibilidade. O Presidente JEFERSON
975 DANTAS NAVOLAR lembrou que existe uma portaria do IPHAN sobre acessibilidade em bens
976 tombados e comprometeu-se a enviar para o conselheiro MANOEL. **Nada mais havendo a**
977 **tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto JEFERSON DANTAS NAVOLAR, agradeceu às**
978 **Conselheiras e aos Conselheiros presentes. Às dezoito horas e quinze minutos de 27 de**
979 **agosto de dois mil e doze, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto JEFERSON DANTAS**
980 **NAVOLAR, declarou encerrada esta Reunião de Nº 010 do CAU/PR.** Para constar, eu,
981 GLÁUCIA SALES JACOB, Secretária Geral do CAUPR, lavrei a presente Ata que, depois de lida
982 e aprovada por todo(a)s o(a)s senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será rubricada por mim
983 em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo senhor Presidente para que
984 produza os efeitos legais.....

985
986
987

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR

GLÁUCIA SALES JACOB
Secretária Geral